

Análise das Interações da Audiência Pública da CCJ sobre PLP 108/2024 – 27/05/2025 – Gerado por IA

Este relatório consolida as **99 manifestações de cidadãos** colhidas durante a audiência pública da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), realizada em 27 de maio de 2025. O objetivo é fornecer uma visão geral das principais preocupações, questionamentos e sugestões do público referentes ao Projeto de Lei Complementar (PLP) 108/2024, que trata do Comitê Gestor do IBS, da partilha da arrecadação e das alterações no ITCMD, de forma a subsidiar a análise dos senadores.

O conteúdo foi gerado por inteligência artificial com base nas interações dos cidadãos neste evento. Ele apresenta uma análise automatizada das principais opiniões, preocupações e temas debatidos, buscando oferecer um panorama geral das discussões.

Ressaltamos que, embora tenha passado por revisão humana, este relatório pode conter imprecisões ou interpretações que não refletem integralmente o contexto das interações. Caso identifique informações que necessitem de correção ou ajuste, pedimos que entre em contato pelo [Fale Conosco](#).

Este documento não representa posicionamento oficial e não substitui análises detalhadas realizadas por especialistas.

Total de participações: 99

Temas principais:

- 1. Comitê Gestor do IBS (CG-IBS) - Funcionamento, Composição e Transparência (28%):** As interações tratam das preocupações dos cidadãos sobre a composição do Comitê Gestor, defendendo a inclusão de técnicos (contadores, economistas, administradores) em detrimento de políticos. Há questionamentos sobre como o CG-IBS garantirá equilíbrio entre os entes federativos, evitará concentração de poder, resolverá disputas, e qual será o nível de transparência de suas decisões (atas e votações públicas). A autonomia dos entes federativos frente a um órgão centralizado também é um

ponto de atenção, bem como a representatividade de pequenos municípios e a participação da sociedade civil.

Exemplo: "Como será garantido equilíbrio entre estados e municípios no Comitê Gestor do IBS, evitando concentração de poder?" (Higor S. - RJ)

2. Mudanças no ITCMD - Alíquotas, Justiça Fiscal e Impacto (31%): As interações abordam a forte oposição ao aumento do ITCMD, com cidadãos argumentando que os bens já foram tributados anteriormente (IR, etc.) e que o imposto penaliza herdeiros, especialmente os de baixa/média renda, podendo forçar a venda de bens. Há sugestões pela extinção do imposto ou, no mínimo, pela não majoração. Questiona-se a contrapartida do Estado na arrecadação deste tributo e como a progressividade e padronização propostas afetarão a justiça fiscal e a autonomia estadual. A isenção para doações a OSCs também foi mencionada.

Exemplo: "Por que existe o ITCMD se todo o patrimônio conseguido já sofreu todas as incidências de impostos, especialmente imposto de renda?" (Gabriela C. - RS)

3. Partilha da Arrecadação do IBS e Equilíbrio Federativo (18%): As interações centram-se em como a arrecadação do IBS será distribuída de forma justa entre estados e municípios, especialmente durante e após a transição do ICMS. Questiona-se quais critérios serão usados, se haverá compensação para entes que perderem receita e como o novo modelo impactará as finanças de pequenos municípios e estados. A transparência nos mecanismos de distribuição é uma demanda recorrente.

Exemplo: "Quais critérios objetivos orientarão a partilha da arrecadação do IBS entre entes federativos durante e após a transição do ICMS?" (Anderson A. - PR)

4. Transição do ICMS para o IBS e Impactos Específicos (10%): As interações levantam questões sobre os desafios da transição do ICMS para o

IBS, incluindo o impacto na arrecadação estadual a longo prazo, a compensação de saldos credores de ICMS para empresas, e os efeitos nas empresas do Simples Nacional. Há também preocupação sobre como a mudança afetará dotações orçamentárias específicas, como as de universidades estaduais que dependem de percentuais do ICMS.

Exemplo: "Como se dará a compensação de ICMS para as empresas com saldo credor acumulado?" (Jennifer C. - MS)

5. Fiscalização e Operacionalização do IBS (6%): As interações contêm perguntas sobre quem realizará a fiscalização do IBS, se o CG-IBS terá corpo próprio de auditores ou utilizará estruturas existentes, e como se dará a auditoria no modelo compartilhado. A representação do Comitê Gestor nos entes federativos também foi um ponto levantado.

Exemplo: "A quem caberá a fiscalização do IBS? O CG-IBS terá um corpo próprio de auditores ou contará com as estruturas existentes dos entes?" (Jocilene R. - ES)

6. Preocupações Gerais com Carga Tributária e Simplificação (7%): As interações refletem uma preocupação mais ampla com a carga tributária, pedindo que as mudanças não resultem em aumento de impostos para o cidadão. Há também questionamentos sobre a complexidade do novo sistema (CBS e IBS vs. IVA único) e sugestões pela simplificação e até extinção de impostos sobre bens.

Exemplo: "Não seria mais eficiente haver apenas a distribuição do IVA entre federal, estadual e municipal? Qual a necessidade de CBS e IBS?" (Jhonata R. - MA)

Em suma, as 99 participações dos cidadãos na audiência pública sobre o PLP 108/2024 revelam um público engajado e com preocupações claras. Os temas centrais foram a composição, funcionamento e transparência do Comitê Gestor do IBS, com ênfase na necessidade de critérios técnicos, representatividade equilibrada e participação social.

Destacou-se a forte oposição ao aumento do ITCMD, com muitos questionando sua justiça fundamental e propondo sua redução ou extinção, além de preocupações sobre o impacto em herdeiros de menor renda. A partilha da arrecadação do IBS e a garantia de equilíbrio federativo também foram pontos cruciais, assim como os desafios da transição do ICMS e a necessidade de mecanismos de fiscalização eficientes. De modo geral, os cidadãos anseiam por um sistema tributário que promova justiça fiscal, não onere excessivamente a população e garanta transparência na gestão dos recursos.

Todas as perguntas e comentários do público no evento estão disponíveis na página <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=34024> .